

BNDES fecha o ano com desembolsos de R\$ 71 bilhões

Esquema na prefeitura de Mauá movimentava R\$ 500 mil por mês

Página 5

Instituições financeiras reduzem previsão de déficit primário em 2018

Página 3

Papa envia telegrama a Campinas e pede que todos exerçam o perdão

O papa Francisco enviou telegrama à Arquidiocese de Campinas, a 98 quilômetros de São Paulo, lamentando a tragédia em que morreram seis pessoas. O pontífice pede que todos se esforcem para perdoar e fazer prevalecer o "amor sobre o ódio e a vingança".

O texto do papa "convida a todos, diante deste momento de dor, a encontrar conforto e forças em Jesus Ressuscitado, pedindo a Deus que a esperança não esmoreça nesta hora de prova".

O telegrama em nome de Francisco é assinado pelo secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pietro Parolin.

"Profundamente consternado pelo dramático atentado ocorrido durante a celebração da Santa Missa na Catedral da Arquidiocese de Campinas, o papa Francisco confia à misericórdia de Deus as vítimas e assegura a sua solidariedade e conforto espiritual às famílias que perderam seus entes queridos e toda a comunidade arquidiocesana, com votos de pronta recuperação dos feridos."

Ele encerra a mensagem com uma bênção apostólica.

O Regional Sul I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou também nota de solidariedade a todos os fiéis e à Cúria, fazendo um apelo para depor "as armas da violência seja das mãos, seja dos corações". (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Sexta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,88
Venda: 3,88

Turismo
Compra: 4,05
Venda: 4,05

EURO
Compra: 4,41
Venda: 4,41

OURO
Compra: 142,50
Venda: 162,50

Governo libera 100% de capital estrangeiro nas aéreas nacionais



Governo afirma que entrada do capital estrangeiro vai baratear serviço aéreo no país

O presidente Michel Temer assinou na quinta-feira (13) medida provisória (MP) que autoriza as empresas de aviação na-

cionais a terem participação ilimitada de capital estrangeiro. Com isso, deixa de existir o limite de 20% de capital estran-

geiro nas aéreas nacionais. A partir de agora, uma empresa brasileira do setor poderá ter 100% de capital estrangeiro. A MP foi publicada, em edição extra do Diário Oficial da União.

"Isto resolve um dos principais problemas da aviação brasileira, que é a fonte de financiamento para as companhias de aviação. Com isso, temos a oportunidade de ter a participação do capital estrangeiro no financiamento, independentemente de sua origem", disse o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, ao anunciar a medida.

Segurança nacional
O governo negou que a liberação do controle estrangeiro no capital das aéreas ameace a segurança nacional. Página 3

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que vai fechar este ano com desembolsos totais de R\$ 71 bilhões, seguindo o patamar de 2017, quando desembolsou R\$ 70,8 bilhões. Em termos de participação relacionada ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) houve uma queda de 0,99%, enquanto no ano passado foi

de 1,08%. É o menor percentual desde 2010 (4,33%). Para a instituição, a recessão econômica e o ajuste do tamanho do banco explicam o desempenho. Os dados foram repassados ao governo de transição.

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, disse que esse indicador é importante, mas existem outros relevantes. Página 3

Há 50 anos, AI-5 suspendia direitos políticos no país

Página 2

Metade da recuperação emergencial do Museu Nacional já foi realizada

Página 4

Juros do cheque e empréstimo pessoal em 2018 foram menores que em 2017

Página 3

Ministro do Trabalho em exercício é suspenso após operação da PF

Policiais federais estiveram desde as primeiras horas da manhã de quinta-feira (13) cumprindo mandados de busca e apreensão na quinta fase da Operação Espírio. O alvo são endereços de servidores do Ministério do Trabalho, sindicatos e escritórios de

advocacia. Entre os investigados, está o ministro substituído da pasta, Ricardo Santos Silva Leite, por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, teve o cargo suspenso e está impedido de ter acesso ao ministério. Página 5

Esporte

Quarta edição do Reis do Drible tem duelo inédito entre Falcão e Nenê

A quarta edição do Reis do Drible, competição que visa proporcionar o encontro de jogadores habilidosos do futebol brasileiro e mundial, em que os dribles valem tanto quanto ou mais do que gols, será realizada neste domingo (16) com uma novidade. Os jogadores Falcão e Nenê, amigos na vida pessoal e que estiveram lado a lado no título da primeira edição, desta vez montarão suas equipes e se enfrentarão no Centro Poliesportivo Antonio Balduino, em Itapeverica da Serra (SP).



A lambreta famosa de Falcão

Sesc RJ e Osasco-Audax fazem clássico nesta sexta



Osasco-Audax

Um dos grandes clássicos do vôleibol brasileiro terá mais um capítulo nesta sexta-feira (14). O Sesc RJ duelará com o Osasco-Audax (SP), às 20h, no ginásio do Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). A partida será válida pela oitava rodada do turno da Superliga Cimed feminina de vôlei 18/19. O SportTV 2 transmitirá ao vivo. O Sesc RJ está em quarto lugar na classificação geral, com 12 pontos (cinco vitórias e duas derrotas). O Osasco-Audax (SP) aparece sexto lugar, com os mesmos pontos do time carioca, mas com um jogo a menos (quatro resultados positivos e dois negativos). Página 8

Cimed Racing amplia sequência histórica de conquistas com 2 títulos e 2 vices nos últimos 4 anos

A temporada 2018 da Stock Car foi encerrada neste domingo e Felipe Fraga foi um dos grandes destaques do ano ao finalizar o ano sendo vice-campeão com três vitórias, sete pódios e duas poles com a Cimed Chevrolet Racing. O time também ampliou a sequência histórica de conquistas, terminando com o

vice de pilotos e equipes, além de ter conseguido triunfos com três pilotos durante o ano (Cacá Bueno venceu duas corridas e Marcos Gomes também obteve um triunfo). Criado em 2013, o time conquistou 2 títulos da Stock e 2 vices nos últimos quatro anos. Página 8

Final de campeonato terá disputas e show em Interlagos neste sábado



As provas do RKC são sempre bem disputadas

Página 8

Há 50 anos, AI-5 suspendia direitos políticos no país

Moro reitera defesa por regulamentação de lobby

O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, reiterou na quinta-feira (13) a defesa em relação à regulamentação do lobby no país. Ele se refere à definição de critérios para as atividades de pessoas ou grupos que atuam em várias frentes para viabilizar seus interesses. O ex-juiz endossou o argumento de defensores da proposta por mais transparência no processo.

"É melhor ser regulamentado do que ser feito às escondidas", afirmou Moro, após almoço com integrantes de parte da equipe de transição.

Há cerca de um ano foi apresentada uma proposta de regulamentação do lobby elaborada em conjunto por especialistas do Ministério da Transparência, Fiscalização e da Controladoria-Geral da União (CGU). A minuta foi encaminhada à Presidência da República.

Questionado sobre o projeto de lei anticorrupção que o futuro governo apresenta-

rá ao Congresso, ele explicou que ainda "está em gestação".

Segundo ele, o texto deve ser encaminhado para o Congresso no começo de 2019, quando os deputados e senadores eleitos assumem. "Antes não faz sentido", disse.

Moro quer mudanças na atual lei, mas afirmou que não haverá incremento de penas, "eventualmente endurecimento de regime", completou.

Nomes
Moro afirmou que até segunda-feira (16) vai decidir o nome de quem sucederá o delegado da Polícia Federal Luiz Pontel no cargo de secretário nacional de Justiça.

Pontel continuará no governo Bolsonaro, mas como secretário-executivo de Moro. O anúncio foi feito pelo futuro ministro no último dia 4, quando também confirmou o general da reserva Guilherme Teóphilo como secretário Nacional de Segurança Pública. (Agência Brasil)

Foram menos de cinco minutos de discurso, mas os efeitos duraram quase uma década. Em setembro de 1968, o então deputado Marcio Moreira Alves subiu à tribuna da Câmara e pregou o boicote aos desfiles do Dia da Independência. No plenário, quase ninguém acompanhou o discurso, mas o Palácio do Planalto decidiu processar o parlamentar por injúria. No dia 12 de dezembro, a Câmara rejeitou o pedido de licença para processar Marcio, como era conhecido. Horas depois, o general Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5).

Considerado o mais duro dos atos institucionais do período da ditadura militar (1964-1985), o AI-5 autorizava o presidente da República a decretar o recasso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores, cassar mandatos de parlamentares e suspender direitos políticos dos cidadãos. Há exatos 50 anos, no mesmo dia em que instituiu o AI-5 (em 13 de dezembro de 1968), Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Ta-

vares, José de Magalhães Pinto, Antônio Delfim Netto, Mário David Andreatza, Ivo Arzuza Pereira, Tarso Dutra, Jarbas Passarinho, Márcio de Souza e Mello, Leonel Miranda, José Costa Cavalcanti, Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão, Afonso Lima e Carlos de Simas. A justificativa era assegurar a ordem e a tranquilidade no país.

Invasão
No fim de dezembro de 1968, o governo cassou o mandato de Marcio Moreira Alves, por causa do discurso de setembro, feito em protesto contra a invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares. Ao defender a democracia, o então deputado do MDB disse que deveriam cessar, no país, as relações civis e militares. "Os militares vão pedir aos colégios que desfilam junto com os alunos dos estudantes. Que cada um boicote esse desfile. Esse boicote deve passar também às mocas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais", afirmou Moreira Alves, morto em 2009.

O AI-5, o papel moderado do ex-deputado Pedro Aleixo, que foi vice-presidente na ditadura, e o discurso de Marcio foram lembrados na quinta-feira (13) em sessão solene da Câmara, proposta pelos deputados Chico Alencar (PSOL-RJ) e Tadeu Alencar (PSB-PE). "O

AI-5 inaugurou um momento dramático na vida brasileira", disse o deputado pernambucano, lembrando que mandatos de cerca de 300 parlamentares foram cassados durante a vigência do ato.

Era ampla a abrangência do AI-5. O presidente da República tinha poder para intervir nos estados e municípios, o habeas corpus por crimes de motivação política foi suspenso, foi instituída a censura prévia de obras culturais e dos meios de comunicação, as reuniões políticas dependiam de autorização policial e havia toque de recolher em todo o país. Além da cassação dos mandatos eletivos, o AI-5 permitia que o presidente destituisse funcionários públicos, incluindo juizes.

Abertura
Dez anos depois de instituído, o AI-5 foi revogado no dia 13 de outubro de 1978, pelo Artigo 3º da Emenda Constitucional 11, promulgada no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), já como parte do processo de abertura política.

Em discurso na sessão solene de quinta-feira, da Câmara, o deputado Romaldo Lessa (PDT-AL) disse que o AI-5 foi "uma página triste" da história brasi-

leira. "A democracia é imperfeita, mas ainda é a melhor forma de governo", afirmou Lessa. Em um momento de transição de governo, o deputado alagoano pregou a construção de pontes: "Podemos discordar sobre o caminho que nos leva ao desenvolvimento, mas o amor pelo país nos une".

Para a deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), o AI-5 marcou "um dos momentos mais críticos" do país, e a população precisa estar vigilante para que não haja retrocesso na democracia brasileira. "É importante lembrar para nunca mais esquecer, para nunca mais acontecer", afirmou a deputada. Sob o AI-5, segundo Erundina, o país viveu um período de violação dos direitos humanos, de desaparelhados políticos e de mortes dos que resistiam ao regime militar.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) usou a tribuna para lembrar os 50 anos da edição do AI-5, mas ressaltou a democracia hoje vigente no país. "É preciso lembrar deste dia para que fique claro que hoje nós vivemos um novo tempo, vivemos a antítese daquele dia. Temos uma Constituição cidadã, pleno exercício da democracia, liberdade de expressão e liberdade de ir e vir. Isso é o que significa o presente e é o que queremos para o futuro do país", argumentou. (Agência Brasil)

São Paulo fecha ano com 9,9 milhões de empregos formais no comércio

Levantamento feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) constatou que o varejo, atacado e setor de serviços paulista, em conjunto, devem registrar a abertura de 99.897 postos de trabalho em 2018. De acordo com a estimativa da pesquisa, o ano vai fechar com mais de 9,9 milhões de empregos com carteira assinada no estado.

Segundo o estudo, o varejo voltou a registrar saldo positivo de vagas em 2018, e projeta a abertura de 3.518 postos de trabalho. De acordo com Pesquisa de Emprego no Comércio Varejista de São Paulo (PESP Varejo), o varejo paulista deve encerrar o ano com um estoque ativo de 2.092.727 trabalhos formais, teve alta de 0,2% em relação a 2017.

No comércio atacadista, estima-se a criação de 9.998 postos de trabalho com carteira assinada no Estado de São Paulo. Assim, o setor atacadista paulista deve encerrar o ano com um estoque ativo de 508.148, crescimento de 2% em relação ao ano passado.

Serviços
O setor de serviços concentra o maior número de contratações em 2018, que deve fechar o cálculo em 86.381 postos de trabalho formais abertos até o final deste ano. O segmento deve encerrar o ano com um estoque ativo de 7.387.815 trabalhado-

res com carteira assinada, alta de 1,2% em relação a 2017.

A pesquisa apontou também a sazonalidade observada no mercado de trabalho ao longo de 2018. Segundo a Federação, o varejo paulista apresentou saldo acumulado negativo no primeiro semestre desse ano devido à dispensa de trabalhadores temporários em contratos no Natal de 2017.

A FecomercioSP explica que alguns fatores foram decisivos para o baixo desempenho anual do comércio varejista, como a capacidade de investimento das empresas, de vendas ainda em patamares baixos em relação aos anos de melhor desempenho econômico, aumento das incertezas com o período eleitoral e

a greve dos caminhoneiros.

Contudo, com a recente queda do desemprego, reação de investimento e crescimento maior do PIB, houve condições de retomar a geração de empregos com carteira assinada nos últimos meses do ano.

Os dados compõem as pesquisas de emprego no comércio varejista, atacadista e serviços do Estado de São Paulo (PESP Varejo, Atacado e Serviços) por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e o impacto do seu resultado no estoque estabelecido de trabalhadores no Estado de São Paulo, calculado com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais). (Agência Brasil)

Seguradora Líder critica redução do DPVAT para 2019

Definida pelo governo, a redução média de 63,3% no valor do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos (DPVAT) no próximo ano link 1 foi recebida com críticas pela Seguradora Líder, administradora dos recursos depositados pelos motoristas. Segundo a entidade, o ideal seria que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) tivesse mantido as tarifas para garantir a elevação das indenizações e preservar os valores repassados à saúde e a campanhas de segurança.

Dos recursos que os motoristas pagam todo ano ao DPVAT, somente 50% são usados para o pagamento de indenizações e para o pagamento de despesas operacionais e administrativas do seguro obrigatório. O Fundo Nacional de Saúde recebe 45% do total, repassando o dinheiro para o Sistema

Único de Saúde (SUS). Os 5% restantes vão para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), para financiar campanhas e iniciativas da Política Nacional de Trânsito.

Em nota, a Seguradora Líder destacou que a redução do seguro obrigatório pelo terceiro ano seguido (37% em 2017, 21% em 2018 e 63,3% em 2019) comprometerá a destinação dos recursos para as áreas sociais. "O melhor teria sido avançar em uma proposta que efetivamente garantisse melhores benefícios aos brasileiros, em especial aos menos favorecidos, permitindo cumprir com maior efetividade o papel social do Seguro DPVAT", ressaltou o texto.

A administradora do DPVAT informou que, em parceria com outras entidades do setor de seguros, sugeriu diversas vezes ao CNSP a elevação das indeniza-

ções máximas de R\$ 13,5 mil para R\$ 25 mil, medida que dependeria de votação no Congresso. De acordo com a Seguradora Líder, os valores das indenizações, que cobrem morte, invalidez permanente – total ou parcial – e despesas médicas e supletivas, não são reajustados há 11 anos.

A seguradora lembrou que as reduções das tarifas do DPVAT só foram possíveis por causa do combate a fraudes e da revisão de todos os gastos e contratos com fornecedores. A entidade informou que tem reservas suficientes para pagar indenizações no próximo ano, mas advertiu que a diminuição dos recursos ano a ano dificulta a manutenção das atividades da administradora.

"Mesmo discordando da decisão tomada pelo CNSP que compromete, seriamente, o flu-

xo de recursos necessários à manutenção sustentável de suas atividades, a Seguradora Líder reforça que possui reservas técnicas suficientes para garantir a normalidade das operações em 2019 e o pagamento das indenizações e demais obrigações, de modo a arcar com os compromissos assumidos com toda a sociedade brasileira", ressaltou o comunicado.

Ao justificar a redução das tarifas do DPVAT, o Ministério da Fazenda, a quem o CNSP está vinculado, informou que as reservas são mais que suficientes para garantir a solvência de longo prazo do Seguro DPVAT, que paga indenizações em torno de R\$ 2 bilhões por ano. De acordo com a pasta, as melhorias de gestão da Seguradora Líder aumentou o rigor com as indenizações e reduziu os gastos com o seguro obrigatório. (Agência Brasil)

Ministério Público de Goiás recebe 330 denúncias contra João de Deus

O Ministério Público de Goiás recebeu, nos últimos quatro dias, 330 denúncias de abuso sexual contra o médium João Teixeira de Faria, o João de Deus. As vítimas disseram ser de Goiás, do Distrito Federal, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul, do Pará e de Santa Catarina.


As denúncias serão investigadas pela força-tarefa instituída pelo procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto, após as acusações contra o médium ganharem repercussão no país e no exterior. Na última segunda-feira, o Ministério Público criou um e-mail (denuncias@mpgo.mp.br) para recebimento de denúncias de vítimas. Os 330 comunicados foram recebidos por esse canal e

por telefone.

João de Deus se instalou em Abadiânia (GO) há 42 anos e mantém a Casa Dom Inácio de Loyola, centro de atendimento espiritual onde o médium costuma atender a pessoas doentes. No local, segundo as denúncias, ele teria abusado sexualmente de mulheres durante atendimentos individuais. O Ministério Público de Goiás pediu na quarta-feira, a prisão preventiva do médium.

Nesta semana, Torres Neto enviou correspondências aos procuradores-gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, solicitando que sejam designadas unidades de atendimento para coleta de depoimentos de possíveis vítimas do médium. Eventuais ações penais contra o médium vão tramitar na Promotoria de Abadiânia. A força-tarefa do Ministério Pública é integrada por sete pessoas. (Agência Brasil)

CESAR NETO



MÍDIAS

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna (diária) de política desde 1993. Na imprensa, publicada no jornal "O Dia" (3º mais antigo diário em circulação em São Paulo - SP). Na Internet desde 1996, o site www.cesarneto.com foi um dos pioneiros no Brasil. No Twitter @CesarNetoReal

CÂMARA
Fechada a composição da Mesa Diretora do maior parlamento municipal da América do Sul. Conforme antecipamos desde o início do 2º semestre de 2017, o vereador Eduardo Tuma será eleito presidente da Mesa Diretora pra 2019. Na vice-presidência o atual e reeleito ...

DE
... presidente Milton Leite (DEM) só não será 1º vice se na hora H quiser homenagear alguém que tenha ainda mais poder que ele (embora Deus não concorra). Pra 2º vice, hoje com o PSD da indicada vereadora Rute Costa, tá rolando uma questão jurídica: o vereador ...

VEREADORES
... Celso Jatene (PR) já é 2º Secretário e talvez tenha que trocar o cargo atual pela 2ª vice-presidência, fazendo com que o PSD da Rute fique com a 2ª secretaria. A Procuradora-chefe, Nazare Lins, deve esclarecer ainda hoje se somente ao presidente cabe apenas 1 reeleição ...

DE
... Pra 1ª Secretaria, como é a vez do Novo Rumo (do eleito deputado federal Rui Falcão e do ex-presidente e reeleito deputado estadual Zé Américo), o PT vai com o vereador Reis, responsável pela eleição de ambos na Zona Sul de São Paulo. Pra 2ª Secretaria tá valendo ...

SÃO PAULO
... Finalmente, pra Corregedoria (cargo fora da Mesa mas não menos importante) quem vai ser reeleito é o vereador Souza Santos (PRB), pelo reconhecimento de colegas de que vem realizando belo trabalho, tornando-se o 'algodão entre os cristais' dos seus 54 colegas.

EDITOR
A coluna do jornalista Cesar Neto foi se tornando uma referência das liberdades possíveis. Está dirigente na Associação "Cronistas de Política de São Paulo", recebeu a Medalha Anchieta (Câmara Municipal de São Paulo) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia do Estado de São Paulo)

EMAIL cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00

Jornalista Responsável
Márcia Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiassp@terra.com.br
Site: www.jornalodiassp.com.br

BNDES fecha o ano com desembolsos de R\$ 71 bilhões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que vai fechar este ano com desembolsos totais de R\$ 71 bilhões, seguindo o patamar de 2017, quando desembolsou R\$ 70,8 bilhões. Em termos de participação relacionada ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) houve uma queda de 0,99%, enquanto no ano passado foi de 1,08%. É o menor percentual desde 2010 (4,33%). Para a instituição, a recessão econômica e o ajuste do tamanho do banco explicam o desempenho. Os dados foram repassados ao governo de transição.

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, disse que esse indicador é importante, mas existem outros relevantes como o tempo de análise dos projetos, que foi reduzido, e o número de aprovações e de operações em andamento. "O banco vai começar o ano com um volume de operações a desembolsar bem maior do que teve este ano, e isso vai

claramente indicar uma retomada do crescimento do banco no ano que vem", disse, acrescentando que para 2019 o total poderá atingir R\$ 90 bilhões, conforme prevê o planejamento estratégico da instituição.

Pequenas e médias empresas

Em 2018, 50% dos desembolsos do BNDES se referem às pequenas e médias empresas. Em 2010, eram em torno de 27%. Para o presidente da instituição, o resultado é significativo. "É um crescimento muito grande na participação das pequenas e médias empresas, afastando o banco da imagem de que só financia grandes empresas e coisas dessa natureza. Hoje, pelo contrário, o banco financia prioritariamente as pequenas e médias empresas", disse.

Infraestrutura

No setor de infraestrutura, até o início de dezembro, os desembolsos tiveram aumento de 14% em relação a 2017. Em comparação subiu 26% e foram aprovados 80% a mais que o ano an-

terior, o que para o diretor de Infraestrutura, Márcio Ferrari, foi surpreendente. "Eram R\$ 21 bilhões de janeiro a novembro em 2017 e em 2018 foram R\$ 32 bilhões, na mesma comparação de aprovações", disse, informando que aí estão incluídos projetos de logística, de transporte, de energia e de saneamento.

Dyogo Oliveira ressaltou o esforço feito pela instituição para a devolução de recursos para o Tesouro Nacional como um dos fatores de destaque em 2018. Desde 2015 essas devoluções somam R\$ 310 bilhões, o que representa uma redução de 5% do PIB na dívida bruta do governo federal. O saldo remanescente é de R\$ 280 bilhões, cuja devolução foi ajustada em 20 anos, com pagamento de R\$ 25 bilhões por ano.

Atualização

Para o presidente do BNDES, a principal mudança na atuação do banco nas diretrizes atuais foi a digitalização, que permitiu entre outros avanços a re-

dução dos prazos de avaliação dos projetos. Além disso, houve a transferência de 10% do pessoal com funções na área meio para as de atividade-fim. Com isso, o prazo médio de tramitação das operações saíram de 290 dias em 2017 para 243 este ano.

Para 2019, ele estima que quando todas as alterações estiverem efetivadas, o prazo de análise vai cair ainda mais. "Isso vai cair muito, porque estamos aprovando agora operações que nas últimas reuniões tiveram [o prazo de tramitação] de 60 dias", disse, acrescentando, que, mesmo as operações mais complexas, que normalmente levam dois anos, o banco tem aprovado em até 220 dias.

A meta da instituição é ter 50% das operações aprovadas em menos de 180 dias. "Essa é a meta institucional, mas com as alterações que fizemos, não tenho a menor dúvida de que vai ficar muito abaixo disso, por conta da velocidade que está tendo". (Agência Brasil)

Governo libera 100% de capital estrangeiro nas aéreas nacionais

O presidente Michel Temer assinou na quinta-feira (13) medida provisória (MP) que autoriza as empresas de aviação nacionais a terem participação ilimitada de capital estrangeiro. Com isso, deixa de existir o limite de 20% de capital estrangeiro nas aéreas nacionais. Apartir de agora, uma empresa brasileira do setor poderá ter 100% de capital estrangeiro. AMP foi publicada, em edição extra do Diário Oficial da União.

"Isto resolve um dos principais problemas da aviação brasileira, que é a fonte de financiamento para as companhias de aviação. Com isso, temos a oportunidade de ter a participação de capital estrangeiro no financiamento, independentemente de sua origem", disse o ministro-chefe da Casa Civil, Eli-seu Padilha, ao anunciar a medida.

Segurança nacional
O governo negou que a liberação do controle estrangeiro no capital das aéreas ameace a segurança nacional. No anúncio, o

ministro utilizou o exemplo das companhias telefônicas, que já adotam a prática. "Não há tema mais estratégico para a segurança nacional e o conhecimento do que a telefonia. E na telefonia, temos possibilidade de 100% de capital estrangeiro. Temos que caminhar nessa direção para as empresas aéreas também".

Padilha afirmou ainda que o setor ficará mais competitivo e o consumidor ganhará com isso. Segundo ele, a nova política estimulará o surgimento de novas companhias, novos destinos, com estímulo ao turismo e geração de emprego no setor. Na avaliação do governo, a medida também estimulará a redução de preços das passagens, que viria com o aumento da concorrência.

Caso Avianca

Esta semana, a Avianca entrou com pedido de recuperação judicial no Tribunal de Justiça de São Paulo. A empresa tem uma dívida milionária com fornecedoras e aeroportos. Padilha disse que a medida não foi feita especificamente para socorrer a

Avianca, mas que a empresa poderá se beneficiar.

"A Avianca, circunstancialmente, poderá ser beneficiada nesse processo. Com esta MP, alguma empresa internacional poderá se interessar em comprar as condições financeiras da Avianca". Padilha explicou ainda que houve uma conversa com o ministro da Economia do futuro governo, Paulo Guedes, que concordou com a ideia. "Ele disse que estava rigorosamente conforme aquilo que entendo que deve ser feito. Estamos fazendo em consonância com o novo governo".

Tripulação nacional

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a exploração dos serviços aéreos pode ser feita por empresa constituída segundo as leis brasileiras com sede de administração no Brasil. As profissões de piloto de aeronave, comissário de voo e mecânico de voo continuam destinadas exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados.

De acordo com a agência reguladora, a medida vai estimular a desconcentração de empresas no mercado doméstico e o aumento da quantidade de rotas ofertadas e integração com rotas internacionais. "O ingresso de capital estrangeiro no país tende a aumentar a competição no setor e potencializar o surgimento de novos entrantes", disse a assessoria da Anac.

Tendência mundial

AAnac disse ainda que a queda na barreira de participação do capital estrangeiro "segue uma tendência de abertura já verificada em outros países e equipara o mercado de aviação ao que já é adotado em praticamente todos os setores da economia."

O Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) vigente é de 1986, anterior à lei que criou a Anac, de 2005, e estabelece como limite máximo ao capital estrangeiro o percentual de 20%. (Agência Brasil)

Instituições financeiras reduzem previsão de déficit primário em 2018

Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda reduziram a previsão para o resultado negativo das contas públicas neste ano. A estimativa do déficit primário do Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, passou de R\$ 131 bilhões para R\$ 126,062 bilhões. A projeção permanece abaixo da meta de déficit per-

guida pelo governo de R\$ 159 bilhões. O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Os dados constam da pesquisa Prisma Fiscal, elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações do mercado financeiro.

Para 2019, a estimativa das

instituições financeiras é déficit de R\$ 100,031 bilhões, contra R\$ 115,503 bilhões previstos em novembro.

A previsão para as despesas, neste ano, é R\$ 1,360 trilhão e para as receitas líquidas, R\$ 1,233 trilhão. Para 2019, a estimativa de receita líquida do Governo Central é R\$ 1,322 trilhão e a despesa, R\$ 1,426 trilhão.

A pesquisa apresenta tam-

bém a projeção para a dívida bruta do Governo Central, que, na avaliação das instituições financeiras consultadas, ficará em 77% do Produto Interno Bruto (PIB) – o soma de todas as riquezas produzidas pelo país, neste ano. A previsão anterior era 76,8% do PIB. Para 2019, a estimativa ficou em 78,34% do PIB, ante 78,5% previstos no mês passado. (Agência Brasil)

União poderia receber até R\$ 300 bi com venda de imóveis, diz Colnago

A União receberia R\$ 300 bilhões se vendesse todos os imóveis disponíveis atualmente, segundo o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago. Entretanto, o ministro considera que não seria uma tarefa simples e, por isso, é preciso repensar a forma de vender os imóveis.

"Não é simples. Muitos têm problemas de reforma, de manutenção. É uma coisa que temos que repensar a forma de vender", disse em café da manhã com jornalistas na manhã de quinta-feira (13), em Brasília.

Ele citou a consulta pública aberta pelo ministério no último dia 21, com prazo de 60 dias para envio de propostas, para estruturar o primeiro fundo de investimento imobiliário da União. O fundo teria como lastro parte da carteira de imóveis administrada pela Secretaria do Patrimônio da União do ministério e terá como objeto a alienação, loca-

ção ou outras atividades relacionadas aos ativos imobiliários de propriedade da União. Os imóveis da União compõem, entre os terrenos de Marília, terras rurais, oriundos da extinção de órgãos e entidades, como da Rede Ferroviária, entre outros. Segundo o ministro, a União tem atualmente cerca de 680 mil imóveis registrados.

Economia

O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin, fez um balanço das medidas de economia tomadas pelo governo federal por meio da centralização de serviços e de custos compartilhados. Ele informou que, nos próximos dois ou três anos, o governo pretende concluir o processo de digitalização de 1.740 serviços públicos federais, que poderão ser pedidos exclusivamente pela internet ou por aplicativos móveis.

Segundo Rubin, o governo economizou R\$ 600 milhões

neste ano com a digitalização de cerca de 30 serviços públicos. Isso porque a informatização reduziu a burocracia e o custo com material de escritório e de aquisição de servidores públicos apenas para analisar papéis. Ele disse que o governo tem o potencial de economizar bilhões de reais apenas com a informatização desses 1.740 serviços.

O secretário executivo acrescentou que a União economizou R\$ 20 milhões por ano com a restrição de carros oficiais a ministros e secretários executivos e a centralização dos deslocamentos dos demais servidores por táxi. Para 2019, o governo prevê a extensão do serviço de táxi para servidores em outras cidades, como Rio e São Paulo, e a locomoção dos servidores em carros particulares pedidos por aplicativos.

Outras fontes de economia de recursos apontadas pelo secretário executivo do Planeja-

mento foram a centralização da rodagem das folhas de pagamentos de aposentados e pensionistas no ministério. Com a digitalização das pastas funcionais dosativos e dos pensionistas, o processo será automatizado, reduzindo de 11 mil para 1 mil a 1,5 mil o número de servidores dedicados à função.

Rubin disse que a centralização das licitações para bens de tecnologia da informação e de telefonia proporcionou ganhos de padronização e evitou a administração de contratos com diferentes fornecedores. Ele citou ainda a edição da portaria que permite a livre movimentação de servidores federais como ferramenta para uma mais eficiente administração pública. "Esse instituto não é novo. Apenas nunca havia sido regulamentado. A gente pega a força de trabalho e aloca em áreas onde haja maior necessidade e carência", explicou. (Agência Brasil)

Juros do cheque e empréstimo pessoal em 2018 foram menores que em 2017

As taxas médias de juros do cheque especial e do empréstimo pessoal encerraram o ano menores que as praticadas em 2017. Os resultados são de balanço da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) de São Paulo, divulgado na quinta-feira (13), e feito com seis instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander.

A taxa média do empréstimo pessoal em 2018 foi de 6,27% ao mês, 0,12 ponto percentual menor em relação à taxa média de 2017, que era de 6,39% ao mês. O banco que apresentou a maior taxa média anual de empréstimo pessoal em 2018 foi o Santander, com 7,89% ao mês; já a menor taxa média anual foi a da Caixa Econômica Federal, com 5,55% ao mês, uma diferença de 42,16%.

A taxa média do cheque especial em 2018 foi de 13,26% ao mês, indicando um decréscimo de 0,21 ponto percentual em relação à taxa média de 2017, que era de 13,47% ao mês. O banco que apresentou

a maior taxa média anual de cheque especial em 2018 foi o Santander, com 14,94% ao mês; a menor taxa média anual foi a do Banco do Brasil, com 12,25% ao mês, uma diferença de 21,96%.

"As taxas médias das duas modalidades pesquisadas de taxas de juros pelo Procon finalizaram o ano com taxas menores que as do início de 2018. Esse comportamento é reflexo da evolução da taxa Selic para o mesmo período. Entretanto, cabe ressaltar que as quedas observadas nas taxas de juros do empréstimo pessoal e cheque especial provenientes do mercado financeiro foram bem menores que as da taxa Selic promovidas pelo Comitê de Política Monetária", destacou em nota o Procon.

A entidade ressaltou ainda que outros fatores, além da Selic, interferem no comportamento dos juros, como as taxas de inadimplência, a margem de lucro dos bancos e a carga de impostos sobre as operações financeiras. (Agência Brasil)

Se houver resposta minuciosa do TCU pode haver megaleilão

A resposta do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a revisão do contrato de cessão onerosa firmado entre a Petrobras e a União será suficiente para realizar o leilão da reserva excedente, a depender de quão minuciosa for a decisão da corte. A avaliação é do ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago.

"A cessão onerosa depende da resposta do TCU, de quão minuciosa, tão detalhada", disse. Colnago há uma insegurança tanto de técnicos do governo quanto da Petrobras com relação a alguns entendimentos do contrato", disse Colnago durante café da manhã com jornalistas.

Na quinta-feira (12), o TCU fez reunião extraordinária para tratar do assunto, mas determinou que o Ministério de Minas e Energia e o Conselho Nacional de Política Econômica (CNPE) encaminhem informações complementares a respeito das negociações em torno da revisão do contrato de cessão onerosa e o leilão de excedentes. A análise técnica da Corte de contas considerou como "preçárias e incompletas" as informações encaminhadas anteriormente pelo ministério. O prazo para o envio

das informações é de 45 dias.

O Projeto de Lei 78/18, em revisão no Congresso, facilitaria o acordo entre a União e a Petrobras em torno do tema, mas ainda não foi aprovado. Na quarta-feira (12), o ministro da Fazenda, Eduardo Guedes, disse que para realizar o megaleilão da reserva excedente do contrato de cessão onerosa do pré-sal é preciso aprovação de lei.

O contrato da cessão onerosa foi assinado entre a Petrobras e a União em 2010. Pelo contrato, a Petrobras adquiriu, por R\$ 75 bilhões (US\$ 42 bilhões), os direitos para explorar, avaliar e produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo mais gás natural) em seis áreas do pré-sal da Bacia de Santos. Entretanto, estudos posteriores confirmaram a existência de uma quantidade bem maior do que previsto inicialmente. É justamente a venda desse excedente que vem sendo negociada pela empresa e a União.

Com o leilão, o governo acredita que a União pode receber até R\$ 100 bilhões em receitas oriundas de bônus de assinatura em sergones pelas petrolíferas vencedoras. As minutas do contrato e do edital estão com o TCU para aprovação. (Agência Brasil)

Faturamento do varejo paulista cresce 3,9% em setembro

Um estudo feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) revela que as vendas do comércio de varejo paulista atingiram R\$ 55,8 bilhões em setembro, alta real de 3,9% em comparação com o mesmo período de 2017. No ano, o faturamento real do setor cresceu 5,2%, o que representa um montante de R\$ 24,2 bilhões maior do que o obtido período de janeiro a setembro de 2017.

A pesquisa aponta que oito das nove atividades analisadas registraram expansão em seu faturamento real, com destaque para o setor de lojas de vestuários, têxteis e artigos de vestuário, e outras atividades (6,2%) – em que predomina o varejo de combustíveis. Houve uma leve queda no desempenho das farmácias e perfumarias (-0,1%), mas que não exerceu impacto negativo significativo nas

vendas. Na capital paulista, o comércio do varejo registrou alta de 4,1% em relação a 2017, atingindo o montante de R\$ 17,3 bilhões no período de análise. A taxa acumulada no ano foi de 3,9%, o que representa um incremento de R\$ 5,8 bilhões em comparação ao apurado entre janeiro e setembro do ano passado.

Na análise da FecomercioSP as retomadas do crédito e da recuperação do nível de confiança dos consumidores têm dado sustentação ao atual bom momento do varejo paulista, ao lado também da melhoria nos índices de emprego detectada no trimestre. Isso permite prever, para o último trimestre, taxas de vendas positivas, uma vez que a taxa de desemprego em baixa tem efeitos prolongados sobre a intenção e poder de consumo das famílias. (Agência Brasil)

Metade da recuperação emergencial do Museu Nacional já foi realizada

Temer diz que Forças Armadas ajudaram o governo a evitar crises

Apesar de participar da cerimônia de cumprimentos de fim de ano e de almoço oferecido pelo ministro da Defesa e os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, o Clube do Exército, o presidente Michel Temer disse na quinta-feira (13) que, em várias ocasiões, as Forças Armadas ajudaram o governo a evitar crises. "E foi a força significativa das Forças Armadas que evitamos uma série de crises, nos momentos mais delicados que enfrentamos ao longo desse período", afirmou.

Em mensagem conjunta, os militares disseram que as Forças Armadas têm contribuído para a manutenção da estabilidade no país. Eles pediram continuidade do orçamento, equipamentos modernos e remuneração digna. "As Forças Armadas não almejam ser empregadas em tempos de crise, e sim impedir que as crises venham a se instalar no Brasil", disse o orador.

Temer defendeu tratamento especial para os militares na reforma da Previdência. "São tais as especificidades das Forças Militares, que há de haver um tratamento diferenciado, sem violar o princípio da igualdade estabelecido no texto constitucional", defendeu.

Participaram do almoço o ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna; e os comandantes do Exército, general Eduardo Dias da Costa Vila Bôas; da Marinha, almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato, (Agência Brasil)

Cobrança pelo despacho de bagagem é favorável ao consumidor, diz TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou que a cobrança pelo despacho de bagagens é favorável ao consumidor. A avaliação sobre os efeitos da desregulamentação da franquia de bagagem despachada, proveniente de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), foi definida na quarta-feira (12) pelo plenário. Os ministros consideraram a cobrança regular. A medida entrou em vigor em junho de 2017.

Em seu voto, o relator ministro Bruno Dantas disse que a resolução é parte de um processo muito mais amplo em que o setor de aviação civil está inserido. "A desregulamentação da franquia de bagagem despachada precisa ser compreendida, portanto, dentro dessa lógica de liberalização setorial, com o intuito de intervenção estatal, que trouxe inúmeros benefícios para os consumidores", disse.

De acordo com o ministro, a avaliação dos efeitos da resolu-

ção da Anac deve ser feita em médio e longo prazo, devido ao fato de o mercado aéreo ser concorrencial. "Inegável que a liberdade tarifária trouxe aos consumidores preços mais atraentes às passagens aéreas e conseguiu promover importante inclusão social. A flexibilização regulatória nesse setor, incrementada pela Resolução 400/2016, contempla o princípio constitucional da livre concorrência e tende, a médio prazo, a dar resultados positivos à sociedade", afirmou.

Segundo o ministro, um dos resultados da mudança é a entrada de companhias de baixo custo, conhecidas como low cost, no país. "Três empresas estrangeiras low cost (Norwegian Air, Avian e Sky Airline) manifestaram interesse no mercado brasileiro e uma delas já está operando em voos internacionais desde o início de novembro deste ano", salientou. (Agência Brasil)

STF decide que Ministério Público pode cobrar multas de ações penais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (13) que o Ministério Público tem competência para agir em ações de cobrança de multas de condenações penais. A questão foi definida por meio de uma ação protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2004.

Com a decisão, a Corte confirma que caberá ao Ministério Público a cobrança das multas dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, que tramitou no STF. Em alguns casos, réus ainda discutem na Justiça se a competência para fazer a cobrança é do Ministério Público ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão responsável pela cobrança de devedores de tributos do governo federal.

Na ação direta de inconstitucionalidade proposta ao Supremo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu que a Corte reconhecesse que a cobrança de multa penal é de responsabilidade do MP em qualquer fase da execução penal.

Not intencionalmente da procura-

dora-geral da República, Raquel Dodge, apesar de a Lei n° 9.268/96 ter alterado o Código Penal e prever que as multas têm natureza de dívida ativa da União, o valor é oriundo de condenação penal. Segundo a PGR, a multa não pode ser tratada como tributo.

No julgamento, por 7 votos a 2, a Corte seguiu voto proferido pelo relator ministro Luis Roberto Barroso. Segundo o ministro, a multa condenatória tem natureza penal e deve ser cobrada pelo MP, a quem cabe a persecução penal, de acordo com a Constituição. Conforme a decisão, a Fazenda Pública poderá fazer o processo de cobrança somente se promotores e procuradores deixarem de atuar.

O voto de Barroso foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Lewandowski e o presidente, Dias Toffoli. Marco Aurélio e Edson Falecin ficaram vencidos ao sustentarem que o entendimento da PGR é inconstitucional por colocar a atuação do MP em substituição à advocacia pública. (Agência Brasil)

Passados 100 dias do incêndio que destruiu, no dia 2 de setembro, o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, na zona norte do Rio de Janeiro, a primeira parte das obras emergenciais no prédio histórico chegou a 51%. Segundo o diretor do museu, Alexandre Kellner, já foram recuperadas dos escombros 1.500 peças e conjuntos, mesmo antes da etapa de salvamento ter sido iniciada.

"Estamos na fase de escoramento do prédio, de proteger o prédio para podermos entrar e fazer o salvamento. O que nós fizemos foi onde a empresa [contratada para as obras emergenciais] tem que trabalhar - a equipe vai, retira o material e volta. É claro que, de vez em quando, a gente faz incursões procurando material como foi [o caso] da Luzia e dos meteoritos. Mas a fase de salvamento propriamente dita vai se iniciar em algumas semanas", detalhou Kellner.

Em outubro, o museu informou que conseguiu recuperar fragmentos do crânio de Luzia, mais antigo fóssil brasileiro. O balanço dos trabalhos foi apresentado na quinta-feira (13), em entrevista coletiva na Quinta da Boa Vista. No evento, foram expostas peças recuperadas do incêndio que fazem parte das coleções de Pompéia, do Egito e do México, de arqueologia e de minerais.

Kellner informou que a cobertura provisória do prédio deve ficar pronta em um mês. "Com a cobertura, consegue-se trabalhar. Há aí vai ter várias equipes trabalhando em salas diferentes, é como se tivéssemos sítios arqueológicos diferentes em cada um dos espaços do museu. Essas equipes vão fazer, então, minuciosamente, o resgate do material. É um trabalho que demanda muito tempo e tem que ser feito com cuidado, para que não se perca informação. E é tudo de que a gente não precisa."

O diretor do Museu Nacional destacou que o trabalho tem conseguido recuperar mais material do que os pesquisadores esperavam. "Desde o começo, eu não estava pessimista, nem otimista. Agora estou entusiasmado, porque estamos coleando muito mais material do que a gente esperava, e de uma forma muito melhor. A Luzia a gente sempre tinha esperança, mas esperava achar uma meia, um quarto de Luzia. Mas encontramos praticamente tudo. Vai dar pra reconstituir".

Recursos
Também presente à entrevista, o secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Henrique Sartori, destacou que, além dos R\$ 10 milhões liberados para as obras emergenciais em andamento, a pasta repassou R\$ 5 milhões para elaboração do projeto executivo, a cargo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

"Os R\$ 5 milhões são para o projeto executivo. O Museu Nacional, junto com o Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e a Unesco,

vão sentar e, juntos, fazer a nova concepção do museu. É um valor relativamente alto, para que o projeto seja completo e possa ser executada a parte de obra física", explicou Sartori.

No evento, foi anunciada ainda a destinação de R\$ 55 milhões em emendas parlamentares da bancada federal do Rio de Janeiro, além de 190 mil euros doados pelo governo alemão e verbas para pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que vai repassar R\$ 2,5 milhões.

Segundo Kellner, os recursos "macro" estão sendo suficientes para o andamento dos trabalhos, porém falta dinheiro no nível "micro". "Para máscaras de luvas, isso tudo tem um custo baixo, mas às vezes é muito difícil conseguir. Por isso, pedimos que, dentro de uma normalidade de ação, a população continue nos apoiando. São aqueles R\$ 5, R\$ 10 que fazem uma enorme diferença para quem está trabalhando lá dentro. Esse dinheiro destinado aos órgãos não pode ser usado para isso. Esse recurso da Alemanha supriu uma parte, mas, por favor, população, continue ajudando a gente, que o museu é de vocês."

Sartori falou sobre o andamento do processo de cessão do terreno de 49 mil metros quadrados próximo ao museu, que será dividido com o Tribunal de Justiça. "O terreno já está cedido provisoriamente - é a primei-

ra etapa de cessão. Agora, junto com a Superintendência do Patrimônio da União, o Ministério da Educação e a UFRRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] entram no circuito para poder fazer a cessão definitiva. Ela carece ainda de uma articulação com o Tribunal e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que requer também uma parte, está tudo ok, a UFRRJ já concedeu. Agora vêm as tramitações finais de documentos, levantamento de matrícula, essas questões."

Para Kellner, o terreno é uma nova esperança para a instituição. "Ali nós vamos poder construir um centro educacional para que as crianças que ficaram 'órfãs' do museu possam ter o museu de volta. Essa é uma das nossas prioridades, da mesma forma como nós vamos investir em laboratórios para que os pesquisadores possam inclusive adquirir aqueles equipamentos todos com os recursos que estão sendo disponibilizados pelo CNPq, Capes e Faperj [Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro]".

De acordo com o MEC, está prevista ainda para o ano que vem verba de R\$ 45 milhões que será destinada à recuperação de prédios históricos das universidades federais. A pasta vai lançar um edital para seleção dos projetos. Segundo Sartori, a equipe de transição de governo está receptiva a essas pastas e demonstrou interesse em dar continuidade ao projeto de recuperação do Museu Nacional. (Agência Brasil)

CNI/Ibope: para 75% dos brasileiros, Bolsonaro está no caminho certo

Entre os brasileiros ouvidos, 64% têm expectativa de que o governo Bolsonaro será ótimo ou bom.

Prioridades
Para 41% dos entrevistados, o primeiro ano de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, em relação às decisões tomadas até o momento. De acordo com o estudo, 14% acham que Bolsonaro está no caminho errado e 11% não sabem ou não responderam à pergunta.

Os números mostram que, quanto maior a renda familiar, maior o percentual dos que acreditam que o presidente eleito está no caminho certo. O índice é de 70% entre aqueles com renda familiar de até um salário mínimo e chega a 82% entre os que têm renda familiar superior a cinco salários mínimos.

Melhorias
O levantamento mostra que dois em cada três brasileiros acreditam que a situação econômica do país vai melhorar em 2019, enquanto parcela similar espera que a própria vida vai

melhorar ou melhorar muito no próximo ano.

Cerca de quatro em cada dez brasileiros (43%) acreditam que a segurança pública está entre os principais problemas que vão enfrentar no primeiro ano de governo do presidente eleito. Em seguida, aparecem a corrupção (37%) e o desemprego (36%).

Equipe de governo
A pesquisa mostra que a maioria dos brasileiros ouvidos aprova as indicações para compor a equipe de Bolsonaro, bem como as medidas que vêm sendo anunciadas pela equipe.

Entre os entrevistados, 80% se dizem pelo menos um pouco informados sobre as indicações do presidente eleito para os cargos de primeiro escalão do go-

verno - ministros e colaboradores da equipe de transição. Desse, 55% consideram as indicações adequadas ou muito adequadas.

Pouco mais de oito em cada dez se dizem informados, em alguma profundidade, sobre as propostas já anunciadas pelo presidente eleito. Entre eles, 75% afirmam aprovar de forma geral as propostas. O percentual de aprovação cresce de acordo com o grau de informação que o entrevistado diz ter sobre o novo governo.

A pesquisa foi feita entre 29 de novembro e 2 de dezembro e ouviu 2 mil eleitores de 127 municípios. A margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais, e o nível de confiança é de 95%. (Agência Brasil)

Eletrobras fecha acordo para encerrar ação judicial nos Estados Unidos

A Eletrobras informou na quinta-feira (13), por meio de comunicado ao mercado, que foi aprovado, em definitivo, pela Justiça dos Estados Unidos, o acordo que prevê o pagamento de US\$ 14,75 milhões (cerca de R\$ 57 milhões) para encerrar uma ação coletiva movida por investidores contra a empresa.

"Da decisão acima, cabe recurso em até 30 dias, quando transitará em julgado a decisão que homologou o acordo", disse a Eletrobras. O processo nos Estados Unidos foi movido por investidores insatisfeitos pelas perdas decorrentes do envolvimento de executivos da empresa em irregularidades descobertas na Operação Lava Jato.

Como contrapartida, a empresa conseguiu a "exoneração completa de quaisquer acusações e responsabilidades em face da Eletrobras e executivos envolvidos na ação coletiva". O acordo foi fechado ontem no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito

Sul de Nova York. De acordo com a Eletrobras, a iniciativa teve por objetivo encerrar todas as ações em curso iniciadas por investidores que adquiriram ações ordinárias e preferenciais da Eletrobras.

A ação coletiva contra a empresa foi movida por investidores titulares de American Depository Shares-ADS, um tipo de certificados de ações, emitidos por bancos dos Estados Unidos, com lastro em títulos de empresas estrangeiras e negociados em dólares nas

bolsas de valores do EUA.

Segundo a Eletrobras, o processo foi extinto com julgamento do mérito e que os custos com honorários e reembolso de despesas com advogados serão deduzidos dos US\$ 14,75 milhões depositados na conta judicial do acordo.

A empresa já havia dito anteriormente que o acordo não representa reconhecimento de ato ilegal ou culpa pela Eletrobras, e a Eletrobras continua a negar as alegações e acusações feitas na ação. (Agência Brasil)

MEC vai propor nova estrutura para cursos de pedagogia

O Ministério da Educação vai encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE), na próxima semana, uma proposta de modificação dos cursos de pedagogia, segundo a secretária de Educação Básica, Kátia Simões. A proposta é que os estudantes possam escolher formações específicas ainda durante a graduação.

Na quinta-feira (13), a secretária fez uma apresentação para jornalistas do esboço da proposta para o curso de pedagogia. A ideia é que nos dois primeiros anos, os estudantes recebam

uma formação comum em todas as instituições públicas e particulares de ensino superior.

Durante esse período, terão aulas sobre políticas públicas, didáticas, conhecimentos sobre contexto e aprendizagem. Terão também aulas sobre a Base Nacional Comum Curricular, que estabeleça o que todas as crianças e jovens devem aprender em todas as escolas brasileiras.

Após esse período, os estudantes poderão escolher uma área para aprofundamento: educação infantil, alfabetização ou

anos iniciais do ensino fundamental, etapa que vai do 1° ao 5° ano. Essa fase deverá durar um ano.

O quarto ano de formação será uma especialização. Os futuros profissionais poderão escolher entre gestão escolar, educação profissional, didática do ensino superior e educação especial.

Kátia diz que embora a proposta esteja sendo apresentada para a pedagogia, nada impede que seja usada também para licenciaturas. A definição dependerá das discussões fei-

tas no âmbito do CNE.

O MEC apresentou também, nesta quinta-feira, a Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica, que também será encaminhada ao CNE. A base deverá orientar a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. Dentro da proposta para a pedagogia, os dois primeiros anos serão orientados pela base. (Agência Brasil)

Esquema na prefeitura de Mauá movimentava R\$ 500 mil por mês

A investigação da Polícia Federal na prefeitura de Mauá, deflagrada na quinta-feira (13), demonstrou que o esquema criminoso na prefeitura de Mauá e que, segundo os policiais, era liderado pelo prefeito Átila Jacomussi (PSB), movimentava R\$ 500 mil por mês. De acordo com a Polícia Federal, entre 10% e 20% dos valores de cada contrato fechado com a prefeitura era destinado ao pagamento de propinas.

Os contratos envolviam aluguel de veículos oficiais, reforma de parques, serviços de limpeza e sinalização viária na cidade, envolvendo o pagamento de propina a 22 dos 23 vereadores da cidade, comprados em troca de apoio político. A Polícia Federal não divulgou os nomes dos vereadores, mas informou que seriam os que votaram contra dois processos de impeachment do prefeito.

“No decorrer das investigações foram identificados os pagamentos para 22 dos 23 vereadores da prefeitura de Mauá e esses pagamentos eram efetuados para a obtenção de apoio político para o prefeito, após aprovação de seus projetos e, inclusive, o prefeito foi objeto

de dois (processos de) impeachment após a deflagração dessa operação. Quase a totalidade dos vereadores acabou votando a seu favor”, disse Marcelo Ivo de Carvalho, delegado regional de investigação e combate ao crime organizado.

A operação Trato Feito é de competência da Operação Prato Feito, deflagrada em maio, que investiga o desvio de recursos públicos da merenda escolar em diversas cidades do estado. O prefeito Átila Jacomussi, que já havia sido preso em maio, na Operação Prato Feito, e estava solto por habeas corpus, foi novamente preso hoje. Também foi preso o ex-secretário de governo da cidade João Eduardo Gaspar que, de acordo com o delegado Victor Hugo Rodrigues Alves, chefe da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros, era o responsável pela contabilidade, o controle do recebimento do dinheiro de propina e o repasse para os vereadores e servidores.

Segundo Carlos Cândido de Mello, superintendente da Controladoria Geral da União em São Paulo, mesmo após ter sido preso em maio, o prefeito continuou liderando o es-

quema criminoso na prefeitura de Mauá.

Além das duas prisões e o cumprimento de mandados de busca, dois agentes públicos foram afastados. Um contrato com suspeita de fraude foi suspenso e nove empresas foram proibidas judicialmente de contratar com a administração pública. A Polícia Federal disse que não pediu a prisão dos vereadores, mas solicitou que eles fossem afastados de seus cargos públicos. No entanto, a Justiça não atendeu ao pedido da Polícia Federal. “O Tribunal entendeu que, nesse momento, essa não seria a medida mais adequada”, afirmou Alves, acrescentando que “isso poderia gerar a ingovernabilidade do município”.

Outro lado
Em nota, o advogado Daniel Leon Blaski, que defende o prefeito de Mauá, Átila Jacomussi, informou que vai recorrer. “Este novo e arbitrário decreto de prisão nada mais faz do que requestrar fatos que já eram conhecidos e tinham motivado o decreto anterior, que foi revogado pela Suprema Corte. Como o prefeito não descumpriu qualquer das medidas impostas, a defesa irá apresentar reclamação perante o

Supremo Tribunal Federal, porque essa decisão afronta e desafia a autoridade da medida antes concedida. Não é admissível dar uma nova roupagem para fatos preteritos e conhecidos para se renovar o pedido de prisão. A medida, além de ilegal, não possui lastro empírico e nem idônea motivação. Causa maior espanto quando verifica-se que o próprio Ministério Público Federal contestou a competência jurisdicional da Justiça Federal para examinar a causa. Infelizmente, este é um triste sintoma do momento policialístico em que vivemos. Todavia, a defesa não em todas as instâncias e grãos combatendo essa arbitrariedade, buscando restabelecer a liberdade do prefeito”.

Já a Câmara de Mauá informou que, durante a operação, todos os gabinetes dos vereadores foram vistoriados, além do gabinete da Presidência. “Servidores da Câmara prestaram esclarecimentos aos agentes da Polícia, colaborando prontamente com a vitória realizada, que ocorreu de forma tranquila e organizada. Não houve desentendimento e ninguém foi detido”, informa a nota. (Agência Brasil)

Dólar fecha a quinta-feira em alta

O dólar fechou o pregão da quinta-feira (13) em alta de 0,72%, cotado em R\$ 3,880 para venda, alta de 0,72%. Na quarta-feira (12), a moeda norte-americana encerrou em forte queda de 1,76%, valendo R\$ 3,8521, menor valor desde 8 de outubro, dia seguinte ao primeiro turno das eleições. No acumulado do ano, o dólar tem uma valorização de 16%.

O Banco Central manteve a política tradicional de swaps cambiais, sem ofertas extraor-

dinárias de venda futura da moeda. O índice B3, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), encerrou o pregão de quinta-feira (13) em alta de 0,99%, com 87,83 pontos. As ações das principais companhias, chamadas de blue chips, mantiveram a tendência de valorização, com Petrobras em alta de 0,26%. Vale com alta de 0,46%, Itaú subindo 1,76% e Bradesco fechando em alta de 2,64%. (Agência Brasil)

Ministro do Trabalho em exercício é suspenso após operação da PF

Policiais federais estiveram desde as primeiras horas da manhã de quinta-feira (13) cumprindo mandados de busca e apreensão na quinta fase da Operação Espúrio. O alvo são endereços de servidores do Ministério do Trabalho, sindicatos e escritórios de advocacia. Entre os investigados, está o ministro substituto da pasta, Ricardo Santos Silva Leite, por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, teve o cargo suspenso e está impedido de ter acesso ao ministério.

De acordo com Fachin, além da suspensão dos cargos e proibição de frequentar o ministério, os investigados não podem manter contato com outros envolvidos ou servidores do órgão. As ações da 5ª fase da Operação Espúrio foram realizadas pelo ministro do STF a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Fachin determinou também o bloqueio de R\$ 29 milhões, que, segundo as investigações, seriam provenientes de restituições irregulares de contribuição sindical. “Os valores bloqueados são referentes a 14 pessoas físicas e cinco pessoas jurídicas. “Uma das frentes de atuação da organização criminoso envolve a revisão de portaria do Ministério do Trabalho que fixa o procedimento a ser adotado para recolhimento da restituição. Esta tem-se que prejuízo aos cofres públicos ultrapassaram os R\$ 12 milhões”, diz o Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com o MPF, parte dos valores descontados dos trabalhadores ficava com os integrantes do esquema crimino-

so. “Para viabilizar os repasses, o grupo registrava confederações de sindicatos de um estado em outro.”

A suspeita é que a organização criminoso tenha operado também no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho do ministério, em conjunto com as superintendências regionais de Brasília e de Goiânia.

As investigações apuram influências nos trabalhos de atualização da Portaria 3397/1978, para que fossem incluídos critérios que beneficiassem entidades sindicais, a fim de facilitar a restituição fraudulenta das contribuições sindicais.

Segundo o MPF, além de atuar em procedimentos já em curso, o grupo criminoso trabalhava arrematando sindicatos interessados no recebimento fraudulento das restituições. Os suspeitos poderão responder pelos crimes de organização criminoso, contra a administração pública, e de lavagem de dinheiro.

Operação Espúrio
O esquema criminoso, começado em novembro de 2016, passou por cinco fases e a última das quatro fases anteriores da operação, resultando em uma denúncia por organização criminoso. De acordo com o MPF, parte do processo foi desmontada e enviada à Justiça Federal em Brasília, que “tomou 182 de denunciados que não têm prerrogativa de foro por função”.

O Ministério do Trabalho informou, por meio da assessoria de imprensa, que o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, que cumpria uma licença médica, retornou ao trabalho anterior, está retornando a Brasília. (Agência Brasil)

Equipe de transição anuncia dois novos diretores do BC

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou há pouco a indicação de dois novos diretores para o Banco Central (BC). Os nomes serão encaminhados ao Senado Federal somente em janeiro, após o presidente eleito, Jair Bolsonaro, tomar posse.

O economista Bruno Serra Fernandes ocupará a Diretoria de Política Monetária, a mais importante do BC, responsável por acompanhar o Sistema de Pagamentos Brasileiro e administrar as reservas internacionais. Res-

ponsável pela mesa de renda fixa do Banco Unibanco, Fernandes é mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e tem passagem pelo BankBoston. Ele substituirá Renato Le Grazie, que pediu exonerado por motivos pessoais e sairá nos próximos dias, assim que o decreto for publicado.

O atual secretário de Promoção da Produtividade, Advocacia da Concorrência e de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello, será o novo diretor de Or-

ganização do Sistema Financeiro. Essa diretoria conduz os processos administrativos instaurados pelo BC e acompanha a intervenção e liquidação de bancos. Ele entrará no lugar de Sidney Corrêa Marques, que ficará no cargo até o futuro diretor tomar posse.

Os dois novos diretores precisarão ter o nome confirmado pelo Senado, assim como o futuro presidente do BC, Roberto Campos Neto. As sabbatinas e as votações pelo plenário da Casa só ocorrerão no início do próximo ano.

Em nota, o BC informou que, temporariamente, a Diretoria de Política Monetária será ocupada por Carlos Viana de Carvalho, atual titular da Diretoria de Política Econômica. O diretor Tiago Couto Berriel acumulará, também em caráter temporário, as diretorias de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos e de Política Econômica. Os dois diretores originários retornarão às funções antes do Senado Federal apreciar o nome de Bruno Serra Fernandes. (Agência Brasil)

Operação contra quadrilha é mais um passo para elucidar caso Marielle

A operação policial deflagrada na quinta-feira (13) contra uma quadrilha em vários pontos do estado do Rio é mais um passo para elucidar o caso que envolve a morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. A afirmação é do chefe de Polícia do Rio, delegado Rivaldo Barbosa, que evitou dar detalhes da ação de busca aos executores e mandantes do crime, que completa nove meses nesta sexta-feira (14).

“Este é mais um passo que a

Polícia Civil está dando. Trabalhando, mostrando para a sociedade que nós estamos trabalhando para esclarecer. Nós não estamos parados. Estamos trabalhando para que a gente dê uma resposta necessária e suficiente, com provas robustas, para que as pessoas que forem presas, sejam condenadas”, disse Rivaldo, após solenidade de inauguração da Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

O chefe de Polícia não comentou, contudo, informações

divulgadas pelo jornal O Globo, de que a quadrilha alvo da ação está envolvida em clonagem de veículos, e de que seus integrantes poderiam estar envolvidos na clonagem do automóvel Caball usado pelos assassinos de Marielle, no dia 14 de março deste ano.

“Nós temos uma estratégia e nós estamos cumprindo esta estratégia. Que é da Delegacia de Homicídios, da chefia de Polícia e da Secretaria de Segurança Pública. Nós estamos indo nesta estratégia e a gente tem que manter sigilo. Outras ações vão

ser realizadas, mas no momento certo a gente vai desencadear”, disse Rivaldo, ao deixar as instalações da nova delegacia.

Questionado sobre as declarações do criminoso Orlando Caricica, que está preso na Penitenciária Federal de Mossoró e depois ao Ministério Público Federal sustentando que Rivaldo recebeu R\$ 300 mil de criminosos para não elucidar fatos ligados a contraventores, o chefe de Polícia não quis se pronunciar. “Eu não tenho o que falar”, limitou-se a dizer. (Agência Brasil)

País terá que discutir valorização do professor, diz secretária do MEC

O Brasil terá que discutir valorização da carreira dos professores, segundo a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Kátia Smolke. “Precisa ser bom ser professor em todos os sentidos”, afirmou a secretária a jornalistas após a apresentação da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica.

A Base Nacional Comum será entregue nesta sexta-feira (14) ao Conselho Nacional de Educação (CNE), onde será analisada. Ela vai orientar a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país.

A proposta define ainda dez competências gerais que serão

trabalhadas nos cursos de pedagogia e em licenciaturas. Elas são semelhantes às competências previstas nas bases nacionais comuns curriculares (BNCC), já aprovadas, que preveem o que deve ser ensinado nas escolas.

O documento traz também uma sugestão de progressão de carreira. “Essa [a valorização docente] é uma discussão que o Brasil vai ter que fazer. A gente está começando a trazer isso pelo viés da formação e nós esperamos que seja uma valorização, inclusive social, que seja discutida ao longo dos próximos anos”, diz Kátia.

De acordo com o texto, os professores irão progredir de acordo com o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades. Haverá quatro níveis de proficiência: inicial, para

o formado na graduação; probatório, para os novatos; altamente eficiente, para quem está em nível avançado na carreira e deverá demonstrar habilidades complexas; e o líder, que estará no nível mais alto e terá responsabilidades e compromissos mais amplos.

Indução de políticas
A proposta para plano de carreira deverá, segundo o MEC, ser discutida ainda com as entidades representativas dos estados e municípios. Apesar de a maior parte dos professores da educação básica estar vinculado a estados e municípios, Kátia diz que o MEC pode “induzir políticas” para a valorização dos professores.

Perguntada sobre a continuidade dessa discussão no governo de Jair Bolsonaro, Kátia diz

que não pode responder pela próxima gestão do MEC. “A equipe de transição está no MEC e estamos compartilhando com eles todas as políticas que estão em desenvolvimento e as que estamos deixando para discussão. Indicamos que entregamos a Base para a formação de professores ao CNE. A responsabilidade passa a ser do CNE”, diz. A Base Nacional Comum também define as competências que devem ser aprendidas por todos os professores do Brasil. Além das dez competências gerais, o documento aponta quatro competências específicas que deverão ser desenvolvidas em cada uma das seguintes áreas: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

JEMF Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 06.002.384/0001-08 - NIRE Nº 3.031912/1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2018.
1. Data, Horário e Local da Assembleia: 27/11/2018, às 10h00, no endereço: Rua Santa Helena, 100, Jd. Santa Helena, Vila Mariana, São Paulo/SP. 2. Assessoria: 3. Nome do Presidente: 4. Nome do Secretário: 5. Nome do Relator: 6. Nome do Escrutinador: 7. Nome do Contador: 8. Nome do Tabelião: 9. Nome do Cartório: 10. Nome do Tabelião: 11. Nome do Tabelião: 12. Nome do Tabelião: 13. Nome do Tabelião: 14. Nome do Tabelião: 15. Nome do Tabelião: 16. Nome do Tabelião: 17. Nome do Tabelião: 18. Nome do Tabelião: 19. Nome do Tabelião: 20. Nome do Tabelião: 21. Nome do Tabelião: 22. Nome do Tabelião: 23. Nome do Tabelião: 24. Nome do Tabelião: 25. Nome do Tabelião: 26. Nome do Tabelião: 27. Nome do Tabelião: 28. Nome do Tabelião: 29. Nome do Tabelião: 30. Nome do Tabelião: 31. Nome do Tabelião: 32. Nome do Tabelião: 33. Nome do Tabelião: 34. Nome do Tabelião: 35. Nome do Tabelião: 36. Nome do Tabelião: 37. Nome do Tabelião: 38. Nome do Tabelião: 39. Nome do Tabelião: 40. Nome do Tabelião: 41. Nome do Tabelião: 42. Nome do Tabelião: 43. Nome do Tabelião: 44. Nome do Tabelião: 45. Nome do Tabelião: 46. Nome do Tabelião: 47. Nome do Tabelião: 48. Nome do Tabelião: 49. Nome do Tabelião: 50. Nome do Tabelião: 51. Nome do Tabelião: 52. Nome do Tabelião: 53. Nome do Tabelião: 54. Nome do Tabelião: 55. Nome do Tabelião: 56. Nome do Tabelião: 57. Nome do Tabelião: 58. Nome do Tabelião: 59. Nome do Tabelião: 60. Nome do Tabelião: 61. Nome do Tabelião: 62. Nome do Tabelião: 63. Nome do Tabelião: 64. Nome do Tabelião: 65. Nome do Tabelião: 66. Nome do Tabelião: 67. Nome do Tabelião: 68. Nome do Tabelião: 69. Nome do Tabelião: 70. Nome do Tabelião: 71. Nome do Tabelião: 72. Nome do Tabelião: 73. Nome do Tabelião: 74. Nome do Tabelião: 75. Nome do Tabelião: 76. Nome do Tabelião: 77. Nome do Tabelião: 78. Nome do Tabelião: 79. Nome do Tabelião: 80. Nome do Tabelião: 81. Nome do Tabelião: 82. Nome do Tabelião: 83. Nome do Tabelião: 84. Nome do Tabelião: 85. Nome do Tabelião: 86. Nome do Tabelião: 87. Nome do Tabelião: 88. Nome do Tabelião: 89. Nome do Tabelião: 90. Nome do Tabelião: 91. Nome do Tabelião: 92. Nome do Tabelião: 93. Nome do Tabelião: 94. Nome do Tabelião: 95. Nome do Tabelião: 96. Nome do Tabelião: 97. Nome do Tabelião: 98. Nome do Tabelião: 99. Nome do Tabelião: 100. Nome do Tabelião: 101. Nome do Tabelião: 102. Nome do Tabelião: 103. Nome do Tabelião: 104. Nome do Tabelião: 105. Nome do Tabelião: 106. Nome do Tabelião: 107. Nome do Tabelião: 108. Nome do Tabelião: 109. Nome do Tabelião: 110. Nome do Tabelião: 111. Nome do Tabelião: 112. Nome do Tabelião: 113. Nome do Tabelião: 114. Nome do Tabelião: 115. Nome do Tabelião: 116. Nome do Tabelião: 117. Nome do Tabelião: 118. Nome do Tabelião: 119. Nome do Tabelião: 120. Nome do Tabelião: 121. Nome do Tabelião: 122. Nome do Tabelião: 123. Nome do Tabelião: 124. Nome do Tabelião: 125. Nome do Tabelião: 126. Nome do Tabelião: 127. Nome do Tabelião: 128. Nome do Tabelião: 129. Nome do Tabelião: 130. Nome do Tabelião: 131. Nome do Tabelião: 132. Nome do Tabelião: 133. Nome do Tabelião: 134. Nome do Tabelião: 135. Nome do Tabelião: 136. Nome do Tabelião: 137. Nome do Tabelião: 138. Nome do Tabelião: 139. Nome do Tabelião: 140. Nome do Tabelião: 141. Nome do Tabelião: 142. Nome do Tabelião: 143. Nome do Tabelião: 144. Nome do Tabelião: 145. Nome do Tabelião: 146. Nome do Tabelião: 147. Nome do Tabelião: 148. Nome do Tabelião: 149. Nome do Tabelião: 150. Nome do Tabelião: 151. Nome do Tabelião: 152. Nome do Tabelião: 153. Nome do Tabelião: 154. Nome do Tabelião: 155. Nome do Tabelião: 156. Nome do Tabelião: 157. Nome do Tabelião: 158. Nome do Tabelião: 159. Nome do Tabelião: 160. Nome do Tabelião: 161. Nome do Tabelião: 162. Nome do Tabelião: 163. Nome do Tabelião: 164. Nome do Tabelião: 165. Nome do Tabelião: 166. Nome do Tabelião: 167. Nome do Tabelião: 168. Nome do Tabelião: 169. Nome do Tabelião: 170. Nome do Tabelião: 171. Nome do Tabelião: 172. Nome do Tabelião: 173. Nome do Tabelião: 174. Nome do Tabelião: 175. Nome do Tabelião: 176. Nome do Tabelião: 177. Nome do Tabelião: 178. Nome do Tabelião: 179. Nome do Tabelião: 180. Nome do Tabelião: 181. Nome do Tabelião: 182. Nome do Tabelião: 183. Nome do Tabelião: 184. Nome do Tabelião: 185. Nome do Tabelião: 186. Nome do Tabelião: 187. Nome do Tabelião: 188. Nome do Tabelião: 189. Nome do Tabelião: 190. Nome do Tabelião: 191. Nome do Tabelião: 192. Nome do Tabelião: 193. Nome do Tabelião: 194. Nome do Tabelião: 195. Nome do Tabelião: 196. Nome do Tabelião: 197. Nome do Tabelião: 198. Nome do Tabelião: 199. Nome do Tabelião: 200. Nome do Tabelião: 201. Nome do Tabelião: 202. Nome do Tabelião: 203. Nome do Tabelião: 204. Nome do Tabelião: 205. Nome do Tabelião: 206. Nome do Tabelião: 207. Nome do Tabelião: 208. Nome do Tabelião: 209. Nome do Tabelião: 210. Nome do Tabelião: 211. Nome do Tabelião: 212. Nome do Tabelião: 213. Nome do Tabelião: 214. Nome do Tabelião: 215. Nome do Tabelião: 216. Nome do Tabelião: 217. Nome do Tabelião: 218. Nome do Tabelião: 219. Nome do Tabelião: 220. Nome do Tabelião: 221. Nome do Tabelião: 222. Nome do Tabelião: 223. Nome do Tabelião: 224. Nome do Tabelião: 225. Nome do Tabelião: 226. Nome do Tabelião: 227. Nome do Tabelião: 228. Nome do Tabelião: 229. Nome do Tabelião: 230. Nome do Tabelião: 231. Nome do Tabelião: 232. Nome do Tabelião: 233. Nome do Tabelião: 234. Nome do Tabelião: 235. Nome do Tabelião: 236. Nome do Tabelião: 237. Nome do Tabelião: 238. Nome do Tabelião: 239. Nome do Tabelião: 240. Nome do Tabelião: 241. Nome do Tabelião: 242. Nome do Tabelião: 243. Nome do Tabelião: 244. Nome do Tabelião: 245. Nome do Tabelião: 246. Nome do Tabelião: 247. Nome do Tabelião: 248. Nome do Tabelião: 249. Nome do Tabelião: 250. Nome do Tabelião: 251. Nome do Tabelião: 252. Nome do Tabelião: 253. Nome do Tabelião: 254. Nome do Tabelião: 255. Nome do Tabelião: 256. Nome do Tabelião: 257. Nome do Tabelião: 258. Nome do Tabelião: 259. Nome do Tabelião: 260. Nome do Tabelião: 261. Nome do Tabelião: 262. Nome do Tabelião: 263. Nome do Tabelião: 264. Nome do Tabelião: 265. Nome do Tabelião: 266. Nome do Tabelião: 267. Nome do Tabelião: 268. Nome do Tabelião: 269. Nome do Tabelião: 270. Nome do Tabelião: 271. Nome do Tabelião: 272. Nome do Tabelião: 273. Nome do Tabelião: 274. Nome do Tabelião: 275. Nome do Tabelião: 276. Nome do Tabelião: 277. Nome do Tabelião: 278. Nome do Tabelião: 279. Nome do Tabelião: 280. Nome do Tabelião: 281. Nome do Tabelião: 282. Nome do Tabelião: 283. Nome do Tabelião: 284. Nome do Tabelião: 285. Nome do Tabelião: 286. Nome do Tabelião: 287. Nome do Tabelião: 288. Nome do Tabelião: 289. Nome do Tabelião: 290. Nome do Tabelião: 291. Nome do Tabelião: 292. Nome do Tabelião: 293. Nome do Tabelião: 294. Nome do Tabelião: 295. Nome do Tabelião: 296. Nome do Tabelião: 297. Nome do Tabelião: 298. Nome do Tabelião: 299. Nome do Tabelião: 300. Nome do Tabelião: 301. Nome do Tabelião: 302. Nome do Tabelião: 303. Nome do Tabelião: 304. Nome do Tabelião: 305. Nome do Tabelião: 306. Nome do Tabelião: 307. Nome do Tabelião: 308. Nome do Tabelião: 309. Nome do Tabelião: 310. Nome do Tabelião: 311. Nome do Tabelião: 312. Nome do Tabelião: 313. Nome do Tabelião: 314. Nome do Tabelião: 315. Nome do Tabelião: 316. Nome do Tabelião: 317. Nome do Tabelião: 318. Nome do Tabelião: 319. Nome do Tabelião: 320. Nome do Tabelião: 321. Nome do Tabelião: 322. Nome do Tabelião: 323. Nome do Tabelião: 324. Nome do Tabelião: 325. Nome do Tabelião: 326. Nome do Tabelião: 327. Nome do Tabelião: 328. Nome do Tabelião: 329. Nome do Tabelião: 330. Nome do Tabelião: 331. Nome do Tabelião: 332. Nome do Tabelião: 333. Nome do Tabelião: 334. Nome do Tabelião: 335. Nome do Tabelião: 336. Nome do Tabelião: 337. Nome do Tabelião: 338. Nome do Tabelião: 339. Nome do Tabelião: 340. Nome do Tabelião: 341. Nome do Tabelião: 342. Nome do Tabelião: 343. Nome do Tabelião: 344. Nome do Tabelião: 345. Nome do Tabelião: 346. Nome do Tabelião: 347. Nome do Tabelião: 348. Nome do Tabelião: 349. Nome do Tabelião: 350. Nome do Tabelião: 351. Nome do Tabelião: 352. Nome do Tabelião: 353. Nome do Tabelião: 354. Nome do Tabelião: 355. Nome do Tabelião: 356. Nome do Tabelião: 357. Nome do Tabelião: 358. Nome do Tabelião: 359. Nome do Tabelião: 360. Nome do Tabelião: 361. Nome do Tabelião: 362. Nome do Tabelião: 363. Nome do Tabelião: 364. Nome do Tabelião: 365. Nome do Tabelião: 366. Nome do Tabelião: 367. Nome do Tabelião: 368. Nome do Tabelião: 369. Nome do Tabelião: 370. Nome do Tabelião: 371. Nome do Tabelião: 372. Nome do Tabelião: 373. Nome do Tabelião: 374. Nome do Tabelião: 375. Nome do Tabelião: 376. Nome do Tabelião: 377. Nome do Tabelião: 378. Nome do Tabelião: 379. Nome do Tabelião: 380. Nome do Tabelião: 381. Nome do Tabelião: 382. Nome do Tabelião: 383. Nome do Tabelião: 384. Nome do Tabelião: 385. Nome do Tabelião: 386. Nome do Tabelião: 387. Nome do Tabelião: 388. Nome do Tabelião: 389. Nome do Tabelião: 390. Nome do Tabelião: 391. Nome do Tabelião: 392. Nome do Tabelião: 393. Nome do Tabelião: 394. Nome do Tabelião: 395. Nome do Tabelião: 396. Nome do Tabelião: 397. Nome do Tabelião: 398. Nome do Tabelião: 399. Nome do Tabelião: 400. Nome do Tabelião: 401. Nome do Tabelião: 402. Nome do Tabelião: 403. Nome do Tabelião: 404. Nome do Tabelião: 405. Nome do Tabelião: 406. Nome do Tabelião: 407. Nome do Tabelião: 408. Nome do Tabelião: 409. Nome do Tabelião: 410. Nome do Tabelião: 411. Nome do Tabelião: 412. Nome do Tabelião: 413. Nome do Tabelião: 414. Nome do Tabelião: 415. Nome do Tabelião: 416. Nome do Tabelião: 417. Nome do Tabelião: 418. Nome do Tabelião: 419. Nome do Tabelião: 420. Nome do Tabelião: 421. Nome do Tabelião: 422. Nome do Tabelião: 423. Nome do Tabelião: 424. Nome do Tabelião: 425. Nome do Tabelião: 426. Nome do Tabelião: 427. Nome do Tabelião: 428. Nome do Tabelião: 429. Nome do Tabelião: 430. Nome do Tabelião: 431. Nome do Tabelião: 432. Nome do Tabelião: 433. Nome do Tabelião: 434. Nome do Tabelião: 435. Nome do Tabelião: 436. Nome do Tabelião: 437. Nome do Tabelião: 438. Nome do Tabelião: 439. Nome do Tabelião: 440. Nome do Tabelião: 441. Nome do Tabelião: 442. Nome do Tabelião: 443. Nome do Tabelião: 444. Nome do Tabelião: 445. Nome do Tabelião: 446. Nome do Tabelião: 447. Nome do Tabelião: 448. Nome do Tabelião: 449. Nome do Tabelião: 450. Nome do Tabelião: 451. Nome do Tabelião: 452. Nome do Tabelião: 453. Nome do Tabelião: 454. Nome do Tabelião: 455. Nome do Tabelião: 456. Nome do Tabelião: 457. Nome do Tabelião: 458. Nome do Tabelião: 459. Nome do Tabelião: 460. Nome do Tabelião: 461. Nome do Tabelião: 462. Nome do Tabelião: 463. Nome do Tabelião: 464. Nome do Tabelião: 465. Nome do Tabelião: 466. Nome do Tabelião: 467. Nome do Tabelião: 468. Nome do Tabelião: 469. Nome do Tabelião: 470. Nome do Tabelião: 471. Nome do Tabelião: 472. Nome do Tabelião: 473. Nome do Tabelião: 474. Nome do Tabelião: 475. Nome do Tabelião: 476. Nome do Tabelião: 477. Nome do Tabelião: 478. Nome do Tabelião: 479. Nome do Tabelião: 480. Nome do Tabelião: 481. Nome do Tabelião: 482. Nome do Tabelião: 483. Nome do Tabelião: 484. Nome do Tabelião: 485. Nome do Tabelião: 486. Nome do Tabelião: 487. Nome do Tabelião: 488. Nome do Tabelião: 489. Nome do Tabelião: 490. Nome do Tabelião: 491. Nome do Tabelião: 492. Nome do Tabelião: 493. Nome do Tabelião: 494. Nome do Tabelião: 495. Nome do Tabelião: 496. Nome do Tabelião: 497. Nome do Tabelião: 498. Nome do Tabelião: 499. Nome do Tabelião: 500. Nome do Tabelião: 501. Nome do Tabelião: 502. Nome do Tabelião: 503. Nome do Tabelião: 504. Nome do Tabelião: 505. Nome do Tabelião: 506. Nome do Tabelião: 507. Nome do Tabelião: 508. Nome do Tabelião: 509. Nome do Tabelião: 510. Nome do Tabelião: 511. Nome do Tabelião: 512. Nome do Tabelião: 513. Nome do Tabelião: 514. Nome do Tabelião: 515. Nome do Tabelião: 516. Nome do Tabelião: 517. Nome do Tabelião: 518. Nome do Tabelião: 519. Nome do Tabelião: 520. Nome do Tabelião: 521. Nome do Tabelião: 522. Nome do Tabelião: 523. Nome do Tabelião: 524. Nome do Tabelião: 525. Nome do Tabelião: 526. Nome do Tabelião: 527. Nome do Tabelião: 528. Nome do Tabelião: 529. Nome do Tabelião: 530. Nome do Tabelião: 531. Nome do Tabelião: 532. Nome do Tabelião: 533. Nome do Tabelião: 534. Nome do Tabelião: 535. Nome do Tabelião: 536. Nome do Tabelião: 537. Nome do Tabelião: 538. Nome do Tabelião: 539. Nome do Tabelião: 540. Nome do Tabelião: 541. Nome do Tabelião: 542. Nome do Tabelião: 543. Nome do Tabelião: 544. Nome do Tabelião: 545. Nome do Tabelião: 546. Nome do Tabelião: 547. Nome do Tabelião: 548. Nome do Tabelião: 549. Nome do Tabelião: 550. Nome do Tabelião: 551. Nome do Tabelião: 552. Nome do Tabelião: 553. Nome do Tabelião: 554. Nome do Tabelião: 555. Nome do Tabelião: 556. Nome do Tabelião: 557. Nome do Tabelião: 558. Nome do Tabelião: 559. Nome do Tabelião: 560. Nome do Tabelião: 561. Nome do Tabelião: 562. Nome do Tabelião: 563. Nome do Tabelião: 564. Nome do Tabelião: 565. Nome do Tabelião: 566. Nome do Tabelião: 567. Nome do Tabelião: 568. Nome do Tabelião: 569. Nome do Tabelião: 570. Nome do Tabelião: 571. Nome do Tabelião: 572. Nome do Tabelião: 573. Nome do Tabelião: 574. Nome do Tabelião: 575. Nome do Tabelião: 576. Nome do Tabelião: 577. Nome do Tabelião: 578. Nome do Tabelião: 579. Nome do Tabelião: 580. Nome do Tabelião: 581. Nome do Tabelião: 582. Nome do Tabelião: 583. Nome do Tabelião: 584. Nome do Tabelião: 585. Nome do Tabelião: 586. Nome do Tabelião: 587. Nome do Tabelião: 588. Nome do Tabelião: 589. Nome do Tabelião: 590. Nome do Tabelião: 591. Nome do Tabelião: 592. Nome do Tabelião: 593. Nome do Tabelião: 594. Nome do Tabelião: 595. Nome do Tabelião: 596. Nome do Tabelião: 597. Nome do Tabelião: 598. Nome do Tabelião: 599. Nome do Tabelião: 600. Nome do Tabelião: 601. Nome do Tabelião: 602. Nome do Tabelião: 603. Nome do Tabelião: 604. Nome do Tabelião: 605. Nome do Tabelião: 606. Nome do Tabelião: 607. Nome do Tabelião: 608. Nome do Tabelião: 609. Nome do Tabelião: 610. Nome do Tabelião: 611. Nome do Tabelião: 612. Nome do Tabelião: 613. Nome do Tabelião: 614. Nome do Tabelião: 615. Nome do Tabelião: 616. Nome do Tabelião: 617. Nome do Tabelião: 618. Nome do Tabelião: 619. Nome do Tabelião: 620. Nome do Tabelião: 621. Nome do Tabelião: 622. Nome do Tabelião: 623. Nome do Tabelião: 624. Nome do Tabelião: 625. Nome do Tabelião: 626. Nome do Tabelião: 627. Nome do Tabelião: 628. Nome do Tabelião: 629. Nome do Tabelião: 630. Nome do Tabelião: 631. Nome do Tabelião: 632. Nome do Tabelião: 633. Nome do Tabelião: 634. Nome do Tabelião: 635. Nome do Tabelião: 636. Nome do Tabelião: 637. Nome do Tabelião: 638. Nome do Tabelião: 639. Nome do Tabelião: 640. Nome do Tabelião: 641. Nome do Tabelião: 642. Nome do Tabelião: 643. Nome do Tabelião: 644. Nome do Tabelião: 645. Nome do Tabelião: 646. Nome do Tabelião: 647. Nome do Tabelião: 648. Nome do Tabelião: 649. Nome do Tabelião: 650. Nome do Tabelião: 651. Nome do Tabelião: 652. Nome do Tabelião: 653. Nome do Tabelião: 654. Nome do Tabelião: 655. Nome do Tabelião: 656. Nome do Tabelião: 657. Nome do Tabelião: 658. Nome do Tabelião: 659. Nome do Tabelião: 660. Nome do Tabelião: 661. Nome do Tabelião: 662. Nome do Tabelião: 663. Nome do Tabelião: 664. Nome do Tabelião: 665. Nome do Tabelião: 666. Nome do Tabelião: 667. Nome do Tabelião: 668. Nome do Tabelião: 669. Nome do Tabelião: 670. Nome do Tabelião: 671. Nome do Tabelião: 672. Nome do Tabelião: 673. Nome do Tabelião: 674. Nome do Tabelião: 675. Nome do Tabelião: 676. Nome do Tabelião: 677. Nome do Tabelião: 678. Nome do Tabelião: 679. Nome do Tabelião: 680. Nome do Tabelião: 681. Nome do Tabelião: 682. Nome do Tabelião: 683. Nome do Tabelião: 684. Nome do Tabelião: 685. Nome do Tabelião: 686. Nome do Tabelião: 687. Nome do Tabelião: 688. Nome do Tabelião: 689. Nome do Tabelião: 690. Nome do Tabelião: 691. Nome do Tabelião: 692. Nome do Tabelião: 693. Nome do Tabelião: 694. Nome do Tabelião: 695. Nome do Tabelião: 696. Nome do Tabelião: 697. Nome do Tabelião: 698. Nome do Tabelião: 699. Nome do Tabelião

Quarta edição do Reis do Drible tem duelo inédito entre Falcão e Nenê

Evento esportivo contará também com craques como Rodrygo, dos Santos, e Arrascaeta, do Cruzeiro, e será realizado no domingo, a partir das 10h, com transmissão ao vivo na TV Globo, na programação do Verão Espetacular

A quarta edição do Reis do Drible, competição que visa proporcionar o encontro de jogadores habilidosos do futebol brasileiro e mundial, em que os dribles valem tanto quanto ou mais do que gols, será realizada neste domingo (16) com uma novidade. Os jogadores Falcão e Nenê, amigos na vida pessoal e que estiveram lado a lado no título da primeira edição, desta vez montarão suas equipes e se enfrentarão no Centro Poliesportivo Antonio Balduino, em Itapevica da Serra (SP). Com início previsto para 10h, o evento esportivo terá transmissão ao vivo na TV Globo, no Verão Espetacular, do programa Esporte Espetacular.

A equipe do craque Falcão, que participou das três edições realizadas, sendo o único tricampeão do evento, será formada pelo uruguaio Arrascaeta, sensação do Cruzeiro, os habilidosos atletas do futebol freestyle, Adonias Fonseca e Lu "Caneta", além do goleiro Franklin, do futsal, que conquistou diversos títulos com a seleção brasileira.

Já o time de Nenê tem em

uma escalção o atacante Rodrygo, de 17 anos, que em 2017 fez sua estreia no time profissional do Santos, sendo vendido para o Real Madrid, da Espanha, o argentino Charly Tacono, do futebol freestyle, o jogador de futsal Otto Meia, do Jaraguá do Sul, conhecido por dar um chapéu em Falcão, em 2014, e o goleiro Willian, do Joinville e da seleção brasileira de futsal.

Ingressos à venda - Os interessados em assistir à quarta edição do Reis do Drible, em Itapevica da Serra, podem garantir seus ingressos antecipados pela internet, no site da Blue Ticket: <https://www.blueticket.com.br/23681/Reis-do-Drible-2019-1/>. Também haverá venda de ingressos no local, caso não tenha se esgotado. Os ingressos custam R\$ 20,00 (inteira), enquanto a meia-entrada tem o preço de R\$ 10,00.

Há ainda a possibilidade de compra do Ingresso Social (R\$ 10,00), que é promocional, e para cada ingresso adquirido deverá ser entregue na entrada do evento 1 kg de alimento não perecível.

Crianças de até cinco anos de idade têm entrada gratuita - sem ocupação de assento - devendo ser apresentado o documento na entrada (sujeito a lotação do ginásio).

Formato do evento - O Reis do Drible é realizado em uma quadra especialmente desenhada e com regras adaptadas para facilitar a apresentação dos dribles. O formato é o 4 x 4, com três jogadores na linha e um goleiro, em dois tempos de 10 minutos, com cronômetro parado. O evento une as características do futsal, com futebol de campo e o futebol freestyle, e alguns dribles tradicionais, como caneta, meia-lua e chapéu, por exemplo, valem o dobro de pontos em relação a um gol.

A competição pode ser definida quando estiver em seus momentos decisivos com uma regra válida desde a segunda edição: o jogador que conseguir realizar o drible e fazer o gol na mesma jogada terá uma bonificação e este "combô" valerá quatro pontos. Há ainda os desafios individuais, em que um



Nenê encara o português Deco no Rio

atleta escolhe um adversário para o drible homem contra homem. As faltas, caso aconteçam, são cobradas sempre no estilo shoot out, ou seja, o jogador vai de encontro a todos os adversários com o objetivo de driblá-lo para fazer o gol.

A história do Reis do Drible - A primeira edição do Reis do Drible foi realizada em dezembro de 2015, na HSBC Arena, no Rio de Janeiro (RJ). O

evento garantiu a manutenção do troféu de campeão. Outra vez, entre os Reis do Mundo, Séan Garnier destacou-se no time das estrelas internacionais, ao lado do argentino Jesús Dátolo, um dos melhores em quadra na primeira etapa. Placar final, 29 x 15 para o time nacional.

Já em dezembro de 2017, também em São Bernardo do Campo, a conquista do tricampeato de Falcão. Séan Garnier, como de costume, foi a estrela principal dos Reis do Mundo, que foram derrotados por 33 x 16. Vinícius Júnior, atualmente no Real Madrid, foi o principal parceiro de Falcão no terceiro título seguido do craque, que em 2018 fez sua despedida do futsal.

A quarta edição do Reis do Drible tem patrocínio de Motorola, Rexona, Uni Drummond, Next Açaí, Batata Show no Cone e Magnum, e conta com o apoio do Hotel Rancho Silvestre, Hummel e Prefeitura de Itapevica da Serra. O evento tem a organização da Savaget & Excalibur Promoções e Eventos.

RKC Rental Kart

Final de campeonato terá disputas e show em Interlagos

Fábio PL (Stock), Vinícius Silva (Stock Light) e Geison Granelli (Truck) lideram e são os favoritos ao título



Fábio Cunha foi o último campeão do RKC

O Campeonato RKC Rental Kart promove a sua 10ª e última etapa neste sábado (15), com muitas disputas e festa no Kartódromo de Interlagos (SP). Afinal, além da definição dos campeões nas categorias Stock, Stock Light e Truck, o GP Alpine contará com presenças ilustres e um churrasco com a apresentação do grupo Rockin Stones.

A decisão do certame do Rotary Club Ponte Estaiada São Paulo será com pontuação dobrada.

Superliga Cimed

Sesc RJ e Osasco-Audax fazem clássico nesta sexta-feira

Equipe carioca receberá time de Osasco, às 20h, no ginásio do Tijuca, no Rio de Janeiro. SporTV 2 transmitirá ao vivo

Um dos grandes clássicos do voleibol brasileiro terá mais um capítulo nesta sexta-feira (14). O Sesc RJ duelará com o Osasco-Audax (SP), às 20h, no ginásio do Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). A partida será válida pela oitava rodada do turno da Superliga Cimed feminina de vôlei 18/19. O SporTV 2 transmitirá ao vivo.

O Sesc RJ está em quarto lugar na classificação geral, com 12 pontos (cinco vitórias e duas derrotas). O Osasco-Audax (SP) aparece sexto lugar, com os mesmos pontos do time carioca, mas com um jogo a menos (quatro resultados positivos e dois negativos). O Dentil/Praia Clube é o líder.

A levantadora Roberta falou da importância do duelo para o time carioca que nas duas últimas partidas foi superado por Fluminense (RJ) e Hinode Barueri (SP), respectivamente, por 3 sets a 1 e 3 sets a 0.



Sesc RJ jogará em casa

"É um jogo importante por vários pontos. Vamos jogar em casa, diante da nossa torcida e é um clássico. Os dois times precisam ganhar e garantir os pontos. O Osasco-Audax é uma grande equipe, com excelentes atacantes, ótimas bloqueadoras e

de assegurar o título. Fábio PL soma 124 pontos; seguido de Fábio Cunha - atual campeão - com 108; Ivan Henrique Guerra, com 106; Alberto Otazú - campeão do primeiro turno - 101; Fernando Ximenes, 96; Nelson Reple, 87; Alejandro Pomponio, 80; e Vitor Vilarinho, com 76 pontos.

No entanto, o histórico do certame mostra favoritismo para os quatro primeiros, os únicos vencedores da temporada. Fábio PL e Alberto Otazú somam três vitórias, Ivan Guerra venceu duas, e Fábio Cunha apenas uma, e ainda tem a desvantagem de que não somará os cinco pontos de bonificação para quem participar de todas as etapas.

Categoria de entrada, a Stock Light também está super competitiva. Afinal, os onze primeiros na tabela de classificação podem comemorar o título. Vinícius Silva lidera o campeonato com 117 pontos - mas que não inclui o este "combô" - valendo pontos por ter faltado uma prova - seguido de Hudson Oliveira, com 112. Depois vem Leonardo Ferreira (109); Alexandre Por-

che (98); Igor Mei (90); Ayrton Hilgert (87); Fábio Noronha (85); José Aduato Silva (81); Adailton Neri (75); Hélio Mattias (62) e finalmente Marcelo Costa (61).

Os maiores vencedores são Vinícius Silva, com cinco vitórias, e outros quatro pilotos com uma vitória cada: Hudson Oliveira, Leonardo Ferreira, Alexandre Porche e Adailton Neri.

Na classe dos pilotos pesados, Geison Granelli lidera a categoria Truck, somando 130 pontos, seguido de Gustavo Pincelli, com 117. Apenas mais três pilotos são postulantes ao título: Andrez Velasco, com 107; Ivan Aparecido Janjacomo, com 100; e Sérgio Compain, com 79 pontos.

No quesito vitórias, Geison Granelli acumula cinco vitórias, Gustavo Pincelli venceu duas provas, enquanto Andrez Velasco e Sérgio Compain tem uma vitória cada. Nesta categoria, nenhum destes cinco pilotos ganhará a bonificação de cinco pontos. No GP Alpine os pilotos e assistentes farão doação de material de limpeza para a Casa de Acolhimento Madra Teresa.

Cimed Racing amplia sequência histórica de conquistas com 2 títulos e 2 vices nos últimos 4 anos



Felipe Fraga com o troféu do vice-campeonato

A temporada 2018 da Stock Car foi encerrada neste domingo e Felipe Fraga foi o um dos grandes destaques do ano ao finalizar o ano sendo vice-campeão com três vitórias, sete pódios e duas poles com a Cimed Chevrolet Racing. O time também ampliou a sequência histórica de conquistas, terminando com o vice de pilotos e equipes, além de ter conseguido triunfos com três pilotos durante o ano (Cacá Bueno venceu duas corridas e Marcos Gomes também obteve um triunfo). Criado em 2013, o time conquistou 2 títulos da Stock e 2 vices nos últimos quatro anos.

"Foi uma temporada em que crescemos muito nas pistas e também fora delas. Todos os pilotos, engenheiros e mecânicos fizeram um trabalho excepcional para irmos melhorando passo a passo. Temos dois títulos e dois vices por equipes nos últimos quatro anos, até então certeza que seguiremos muito fortes em 2019. Todos estão de parabéns pelo grande trabalho que fizeram do time Cimed Racing uma referência em uma categoria tão competitiva como a Stock Car", diz William Lube, chefe de equipe da Cimed Racing também nos títulos de 2015 com Gomes e 2016 com Fraga.

A temporada 2018 começou com Felipe Massa sendo a grande atração na Corrida de Duplas em Interlagos e a primeira vitória da equipe veio com Fraga na etapa seguinte, em Curitiba. Na terceira etapa, no Velopark, Cacá Bueno fez pole e conquistou sua primeira vitória pela Cimed Racing. Logo depois, em Londrina, Marcos Gomes foi destaque com um segundo lugar na prova principal e ele novamente subiu no pódio em Santa Cruz do Sul, onde fez pole, vitória e melhor volta.

Na Corrida do Milhão, a Cimed Racing montou um verdadeiro esquadrão novamente com a presença de Felipe Massa. Além dele, Fraga, Gomes, Cacá, Lucas Foresti, Denis Navarro e o argentino Agustín Canapino também

fizeram parte da equipe. A prova em Goiânia foi realizada em um circuito de anel externo e teve Fraga chegando na quarta posição e Gomes em quinto. Foresti ainda liderou boa parte da corrida.

A segunda metade do campeonato foi iniciada em Campo Grande, circuito onde a equipe dominou a rodada dupla. Felipe Fraga venceu a corrida 1 com uma ultrapassagem incrível por fora de Daniel Serra, entrando de vez na briga pelo campeonato. Cacá Bueno foi o vencedor na segunda prova. A equipe já havia conseguido essa mesma façanha em 2015, com Gomes vencendo a primeira prova e Fraga tirando na corrida 2 no Mato Grosso do Sul.

Em Cascavel, Fraga conseguiu descontar pontos importantes em relação ao líder. O tocantinense fez a pole e chegou em segundo na prova principal, além de ter sido o sétimo na corrida 2, diminuindo assim a diferença de 44 para 12 pontos ao final da rodada dupla no Paraná.

Na nona etapa, no Velo Città, Fraga completou 100 Grandes Prêmios na Stock Car com vitória na corrida 1 e ainda chegou em sexto na corrida 2. A diferença para Serra somente aumentou porque o adversário foi o segundo colocado nas duas provas - e em Londrina também voltou a subir após problemas de Fraga no pit-stop. A reação veio na penúltima etapa, em Goiânia, onde o tocantinense descontou pontos importantes ao subir no pódio duas vezes com um segundo e um terceiro lugares.

Com os resultados de Interlagos, na etapa final, Fraga terminou o ano com 310 pontos, a mesma quantidade de pontos em que obteve quando foi campeão em 2016. Serra foi campeão com 338 pontos.

No campeonato por equipes, a Cimed Racing encerrou o ano com o vice após ter somado 482 pontos, enquanto a equipe campeã fez 548 pontos. A Stock Car voltará em abril de 2019.